

A EXISTÊNCIA (E RESISTÊNCIA) CAMPONESA NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

LA EXISTENCIA (Y RESISTENCIA) CAMPESINA EN EL SUR DE MATO GROSSO DO SUL

THE PEASANT EXISTENCE (AND RESISTANCE) IN THE SOUTH OF MATO GROSSO DO SUL

João Edmilson Fabrini¹

RESUMO: A apropriação concentrada da terra dificultou a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, o que gerou um grande número de camponeses despossuídos. Mas, desigual e complementar às terras latifundiárias, houve a recriação do campesinato nos projetos privados ou estatais de colonização. Além dos projetos de colonização, a existência e a recriação camponesa Sul de Mato Grosso do Sul devem-se também à luta pela terra nos movimentos sociais e à realização dos assentamentos de reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVES: Apropriação da terra; campesinato; colonização; movimentos camponeses; assentamentos.

RESUMEN: La apropiación concentrada de la tierra dificultó la expansión de la pequeña propiedad en el sur de Mato Grosso do Sul, lo que generó un gran número de campesinos desposeídos. Pero, desigual y complementaria a las tierras latifundistas, hubo la recreación del campesinado en los proyectos privados o estatales de colonización. Además de los proyectos de colonización, la existencia y la recreación campesina Sur de Mato Grosso del Sur se debe también a la lucha por la tierra en los movimientos sociales y a la realización de los asentamientos de reforma agraria.

PALAVRAS-CLAVES: Apropiación de la tierra; campesinado; colonización; movimientos campesinos; asentamientos.

ABSTRACT: The concentrated appropriation of the land made it difficult to expand the small property in the south of Mato Grosso do Sul, which generated a large number of dispossessed peasants. But, uneven and complementary to the large lands, there was the re-creation of the peasantry in private or state projects of colonization. In addition to the colonization projects, the existence and re-creation of the peasant South of Mato Grosso do Sul is also due to the struggle for land in social movements and to the realization of agrarian reform settlements.

¹ Professor de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Universidade Federal da Grande Dourados. joaofabrini@ufgd.edu.br.

KEYWORDS: Appropriation of land; peasantry; colonization; peasants movements; settlements.

INTRODUÇÃO

A apropriação concentrada da terra, comandada desde passado distante por uma oligarquia regional, não permitiu a expansão da pequena propriedade, e conseqüentemente a agricultura camponesa, no Sul de Mato Grosso do Sul. Tal apropriação da terra ocorreu a partir da ação do Estado, que transferiu terras públicas por meio da venda ou arrendamento aos grandes proprietários. Acrescenta-se à atuação do Estado as ilegalidades na apropriação da terra, que também dificultou a expansão da pequena propriedade e a agricultura camponesa.

As terras do Sul de Mato Grosso do Sul, tomadas dos indígenas, foram apropriadas como equivalente de mercadoria a partir de duas frentes colonizadoras: uma mais antiga, no final do século XIX, formada por proprietários gaúchos que buscavam áreas de campos para a prática da pecuária e exploração ervateira na fronteira entre o Brasil e o Paraguai; e outra mais recente, na década de 1950, formada por proprietários paulistas e paranaenses, principalmente, que se apropriaram de áreas florestadas para exploração pecuária.

Neste contexto de apropriação da terra, desigual e contraditoriamente houve necessidade de recriação do campesinato nos projetos privados ou estatais de colonização para expansão das relações capitalistas de produção. Esse foi o caso dos projetos de colonização de Dourados (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), Naviraí (Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso), Ivinhema (Sociedade Melhoramentos de Colonização), dentre outros.

As frentes de ocupação, movidas pela incorporação de novas terras à acumulação capitalista, sobretudo rentista, acarretaram na migração de famílias camponesas que se tornavam pequenas proprietárias nos projetos de colonização. Assim, a partir desses projetos, emergiu um camponês incluído, mas subordinado, inicialmente ao próprio processo de apropriação e exploração capitalista da terra e posteriormente subordinado às empresas de agronegócio. A apropriação e exploração capitalista da terra trouxe também um grande número de trabalhadores despossuídos que serviam de mão de obra nas atividades de derrubada de matas, formação de pastagens, madeireira, dentre outras.

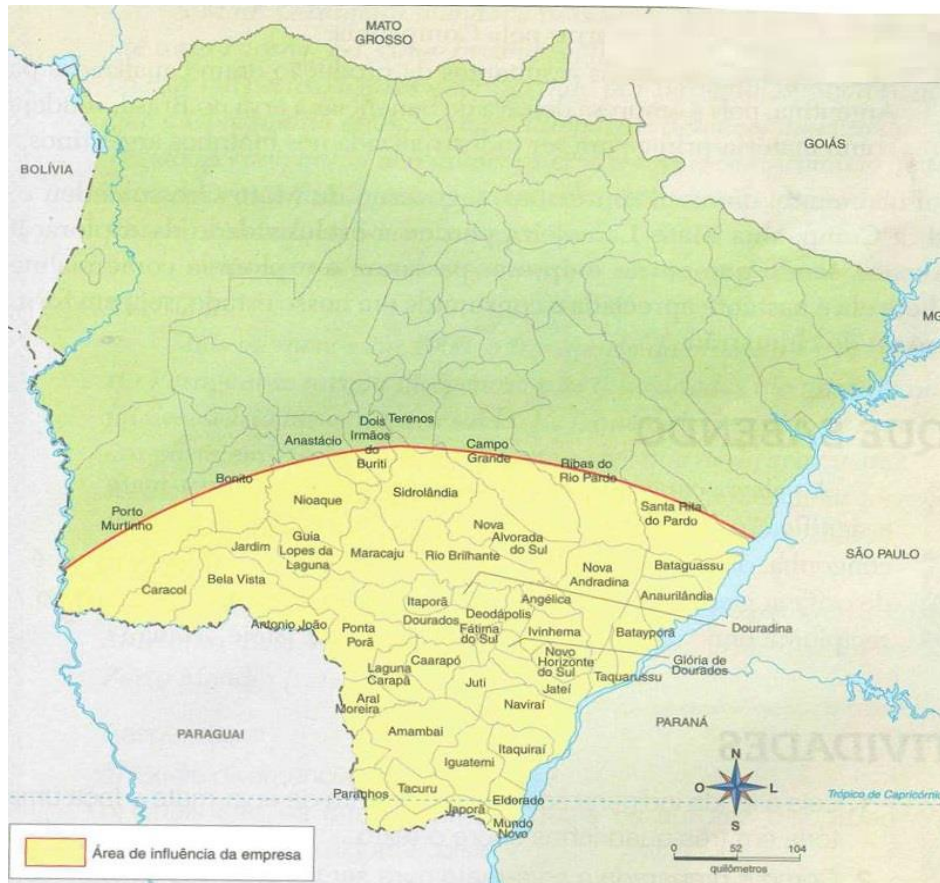
O escasseamento de florestas e a intensificação da atividade pecuária implicaram na expulsão de muitas famílias que trabalhavam principalmente nessas atividades de derrubada das matas, formação de pastagens madeireiras. Mas, no contexto de negação da terra emergiu, a partir da década de 1980, a organização e a luta dos camponeses nos movimentos sociais para permanecer ou entrar na terra. As lutas camponesas resultaram em conquistas diversas, como, por exemplo, a conquista da terra de assentamentos de reforma agrária. Os municípios de Itaquiraí e Ponta Porã destacam-se no Sul de Mato Grosso do Sul pela realização de lutas e resistências camponesas, sobretudo dos sem-terra, com ocupações de terra, formação de acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Apesar das circunstâncias adversas, os camponeses, tanto aqueles recriados no contexto da apropriação capitalista da terra e colonização, quanto aqueles forjados no contexto de luta, desenvolvem produção de resistência para permanecer na terra a partir do seu “modo de vida”, bem como resistência feita por meio de lutas coletivas, como a formação de cooperativas, associações, grupos de produção, entre outras.

A EXISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

A apropriação da terra no Sul de Mato Grosso do Sul foi realizada de modo concentrado desde passado distante, ainda no período colonial, quando europeus oriundos de Portugal e Espanha notadamente chegaram ao continente americano. Posteriormente à ocupação colonial, no final do século XIX, a Companhia Mate-Laranjeira recebeu uma área de arrendamento aproximada a um milhão de hectares, conforme figura a seguir (figura 1).

Área de influência da Cia Mate-Laranjeira Figura 1



Fonte: Melo, T. S. (2017)

A Companhia Mate-Laranja recebeu inicialmente do Império o monopólio de exploração de erva-mate e, conseqüentemente, o controle territorial do espaço sul-mato-grossense. Acrescenta-se no processo de apropriação concentrada da terra neste contexto a forte presença de fazendeiros vindos do Rio Grande do Sul para a prática das atividades pecuária e ervateira, principalmente. Assim, o controle territorial da Companhia Mate-Laranja, bem como de fazendeiros gaúchos que se apropriaram das terras, praticamente impediu a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

A partir da década de 1950, intensificou-se a concentração de terras com a apropriação de áreas florestadas no limite dos estados de São Paulo e Paraná para exploração pecuária, principalmente. Apropriadas na maioria por fazendeiros dos Estados de São Paulo e Paraná, as terras florestadas foram incorporadas à dinâmica capitalista no avanço da “frente pioneira”, o que resultou na expulsão de posseiros e indígenas dessas terras.

A apropriação da terra nessas áreas florestadas não significou necessariamente a sua ocupação, pois, em muitos casos, as terras foram adquiridas para fins rentista (especulação) e não para produção capitalista. Em muitas situações

ainda houve um esvaziamento, semelhante ao que destacou Martins (1991) ao tratar da expropriação e violência na Amazônia. A apropriação capitalista da terra no Sul de Mato Grosso do Sul expulsou indígenas e posseiros, para que fosse possível a formação de pastagens e a entrada do boi.

Embora ocupado por posseiros e indígenas, o Sul de Mato Grosso do Sul surgiu como espaço para expansão das relações capitalistas de produção, ou seja, uma “fronteira aberta” para o capital. Turner (2004), tomando o exemplo norte-americano, ao referir-se às novas áreas de ocupação, entende-as como uma fronteira livre e democrática, já que não está sujeita diretamente ao controle do Estado. A ausência estatal significaria presença de democracia.

Segundo o autor, a fronteira seria democrática porque se constitui numa possibilidade e oportunidade abertas à reprodução da agricultura camponesa. O Homestead Act, por exemplo, permitiu acesso à terra aos pequenos agricultores na ocupação do Oeste norte-americano.

Velho (1979), ao analisar comparativamente a fronteira amazônica e a norte-americana, elaborou crítica à ideia de fronteira democrática. O autor afirma que na fronteira amazônica não se fortaleceu um capitalismo burguês pela via Farmer, como nos Estados Unidos da América, mas um capitalismo autoritário, que recorre às relações não-capitalistas, como a latifundiária e a violência, para se reproduzir, contrastando-se com um modelo clássico de acumulação capitalista.

Assim, enquanto Turner (2004) interpreta a fronteira como democrática, Velho (1979) a vê como autoritária. Contudo, tanto Turner (2004) quanto Velho (1979) entendem a fronteira no contexto do movimento e vinculada ao processo geral de acumulação capitalista, considerando que ela recebe excedente de força de trabalho, investimento de capital e fornece matéria-prima e alimentos aos espaços “consolidados”.

Guardadas as devidas diferenças entre os casos estudados por Turner (2004) e Velho (1979), o espaço sul-mato-grossense surgiu como uma possibilidade de expansão do capital, sobretudo o capital rentista, a partir da apropriação concentrada da terra. Assim, a concentração de terras no Sul de Mato Grosso do Sul foi resultado da política de apropriação promovida pelo Estado e não necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada, o que se desdobrou em conflito e exclusão dos camponeses da terra.

A apropriação capitalista da terra comandada por uma oligarquia regional dificultou a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, pois o Estado, desde passado distante, promoveu a transferência de terras públicas por meio da venda ou arrendamento aos grandes proprietários. A atuação do Estado, somada às ilegalidades na apropriação da terra, proporcionou estrutura fundiária altamente concentrada.

Na tabela a seguir (tabela 1) verifica-se a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul, onde os imóveis agropecuários de até 200 hectares (69,92%) ocupam 2.783.542,71 hectares, ou seja, 7,18% da área total, enquanto que os imóveis acima de 1.000 hectares (9,37%) ocupam 26.983.441,78 hectares, o que corresponde a 69,58% da área total dos imóveis do Estado.

Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2014) Tabela 1

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR (2014), organizado por Nardoque (2017)

Entretanto, nos interstícios da apropriação concentrada da terra foram criados projetos de colonização² privados ou estatais, que abriram possibilidade de recriação camponesa por meio de pequenas propriedades, surgindo nesse espaço um camponês incluído à terra, mas subordinado. A recriação camponesa em território latifundiário está inserida no contexto de acumulação capitalista rentista, principalmente, a partir dos projetos de colonização, por meio dos quais camponeses adquiriram ou receberam pequenas glebas, como na região de Dourados (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), Naviraí (Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso), Ivinhema (Sociedade de Melhoramentos e Colonização), dentre outras.

Além da expulsão de povos originários e posseiros, como destacado anteriormente, a incorporação das terras à dinâmica capitalista, operacionalizada pelas colonizadoras, tanto oficial, quanto particular, teve sentido excludente, uma vez

² Os projetos de colonização estão relacionados à incorporação de novas terras à dinâmica capitalista, ou seja, um projeto do capital que recorrer em muitos casos à violência, expropriação, coerção, dentre outras. Os projetos de colonização servem também para aliviar as tensões e conflitos agrários de regiões “velhas”, tornando-se uma “válvula de escape” para os problemas causados pela desigual distribuição de terras nas regiões de origem dos camponeses. Mas, nas novas áreas também se reproduz traços das “velhas” regiões.

que trouxe grande número de camponeses e trabalhadores migrantes que não tiveram possibilidade de adquirir ou receber terra nos projetos de colonização. Observa-se que a incorporação das terras à dinâmica produtiva capitalista foi precedida pela comercialização, ou seja, para que a produção capitalista pudesse acontecer foi necessária a passagem pela acumulação rentista capitalista, representada principalmente pelas empresas colonizadoras privadas.

O projeto de colonização mais importante em Mato Grosso do Sul foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), executado entre 1943 e 1946. Neste projeto, o governo federal concedeu uma área de aproximadamente 300 mil hectares, dividida em 8.800 lotes, aos camponeses despossuídos de terra, sobretudo nordestinos.

A CAND foi criada no contexto da “marcha para o Oeste” visando ocupar supostos vazios demográficos³, a fim de nacionalizar a fronteira, em associação aos interesses do capital internacional. De acordo com Terra (2010), “a CAND se insere em um movimento de reordenamento territorial na escala regional e nacional como manifestação de uma conjugação de interesses associados à reprodução internacional do capital” (p. 176).

A concessão de terra a pequenos agricultores neste projeto de colonização permitiu a formação de uma produção agrícola excedente e um mercado consumidor regional que posteriormente, no contexto da modernização da agricultura e emergência do agronegócio, impulsionou um modelo de agricultura integrada à dinâmica urbano-industrial. Destaca-se também na região de Dourados nos dias atuais a expansão econômica de setores empresariais dedicados às cadeias produtivas do agronegócio, como as lavouras comerciais de soja, milho, cana-de-açúcar, pecuária, entre outras.

Essa expansão econômica de Dourados assentada na produção agropecuária integrada ao capital industrial, todavia, também foi acompanhada pela subordinação da agricultura camponesa às cadeias produtivas, como demonstrou Mizusaki (2003) ao tratar da monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura. Os camponeses, apesar de detentores dos meios de produção (terra, ferramentas, instrumentos, entre outros), não possuem o controle de todo o processo produtivo. Por isso, é possível referir-se à existência de um camponês incluído, mas subordinado

³ Embora considerada “vazia” pelo governo no contexto de “marcha para o Oeste”, a área era ocupada por indígenas, vistos como obstáculo para o desenvolvimento nacional e regional. Para “abrigar” os diversos grupos indígenas, inclusive inimigos, foram criadas reservas, como a Reserva Indígena de Dourados, com área de 3.600 hectares.

à dinâmica produtiva capitalista.

Embora subordinados à dinâmica produtiva capitalista, os camponeses desenvolvem produção de resistência porque têm a posse/propriedade da terra, principalmente. Nessa produção de resistência a família tem sob seu domínio e comando um pedaço do espaço, o que lhe confere alguma independência e autonomia, formando assim o território camponês, em disputa com o capital.

Observa-se ainda que a produção de resistência realizada pela família camponesa possui características diferenciadas da produção de mercadorias (valor de troca). Na agricultura camponesa uma parte da produção é destinada ao consumo da família e possui valor de uso, não se constituindo em mercadoria. Mas, a produção de valor de uso e para autoconsumo dos camponeses não está à parte do sistema produtor de mercadorias, pois serve para baixar os custos da produção de valor de troca. Por isso, o campesinato não pode ser considerado um modo de produção à parte do capitalismo. Aliás, o capitalismo se nutre da produção não-tipicamente capitalista dos camponeses.

Verifica-se ainda no espaço remanescente da CAND que existe uma produção de resistência dos camponeses a partir de iniciativas coletivas, como a formação de cooperativas, associações diversas, entidades, movimentos, entre outros. Um exemplo dessa resistência coletiva de pequenos agricultores é a produção a partir de conhecimentos agroecológicos, como fazem os camponeses associados à Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) em diversos municípios do Sul de Mato Grosso do Sul, inclusive naqueles que possuem grande número de famílias assentadas da reforma agrária.

Além da CAND, houve a atuação de empresas colonizadoras privadas no Sul de Mato Grosso do Sul, o que contraditoriamente também deu base para o surgimento de uma pequena agricultura complementar e subordinada à acumulação capitalista. Esse foi o caso da Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso, que comercializava pequenas glebas com os camponeses despossuídos originários dos Estados de São Paulo, Paraná e do Nordeste, na década de 1950. A colonização permitiu, posteriormente, o surgimento do município de Naviraí.

A colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso loteou, inicialmente, as glebas Naviraí (9.469 hectares) e Bonito (9.528 hectares), no então município de Dourados. Para promover a venda dos imóveis do loteamento eram feitos anúncios em emissoras de rádio do Oeste paulista, voltados principalmente para camponeses despossuídos da

terra de origem japonesa e nordestina. De acordo com Gonçalves (2015), na década de 1950 havia mais de 50 corretores contratados pela Vera Cruz - Mato Grosso para a comercialização das terras do projeto de colonização.

O comércio da terra e a acumulação rentista estão na origem de Naviraí, o que fez da Vera Cruz - Mato Grosso a principal empresa e seus proprietários (acionistas) os principais sujeitos econômicos e políticos deste município naquele contexto de colonização. Posteriormente à chegada das famílias camponesas que se dedicaram, sobretudo, à cafeicultura e à cotonicultura foram criadas bases também para uma acumulação assentada na produção de mercadorias e não na renda absoluta da terra.

Embora tivesse sido aberta a possibilidade de recriação camponesa nessa frente de ocupação/apropriação, Naviraí não pode ser considerada terra de oportunidades aos camponeses, semelhante à “fronteira democrática” tratada por Turner⁴. A comercialização das glebas Naviraí e Bonito pela Vera Cruz - Mato Grosso proporcionou um conjunto de atividades, tal como a madeireira e algodoeira, por exemplo, que demandou trabalhadores e camponeses despossuídos que migraram para a região, mas não tiveram acesso à terra no processo de colonização.

Posteriormente, com a diminuição da atividade madeireira e da cotonicultura e o escasamento das florestas para formação de pastagens, esses trabalhadores e camponeses migraram ou se organizaram nos movimentos sociais de luta pela terra, a partir da década de 1980. Uma importante luta camponesa em Naviraí foi das famílias de arrendatários nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, organizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí e apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). As famílias arrendatárias, por meios jurídicos, moveram ação contra os proprietários fazendeiros a fim de permanecer na terra, em vista de irregularidades nos contratos de arrendamento. O conflito resultou em final trágico, com o assassinato do advogado das famílias camponesas Joaquim das Neves Norte, em 1982, o qual teve envolvimento de fazendeiros de Naviraí.

Uma parte desses trabalhadores e camponeses despossuídos da terra que

⁴ Segundo Turner (2004), a reprodução da agricultura camponesa na fronteira é indicativa de democracia, pois o Estado ausente não exerce seu poder sobre os territórios. Martins (1996), ao interpretar a fronteira sob a perspectiva sociológica, elabora crítica à compreensão de “fronteira democrática” ao enfatizar que a ausência do Estado abre possibilidade para a presença da dominação pessoal, violência e repressão e a degradação do humano. Velho (1979), ao tratar do capitalismo autoritário e do campesinato, também elaborou crítica à ideia de “fronteira democrática” de Turner, destacando que na fronteira não se fortalece um capitalismo burguês, mas um capitalismo autoritário, que recorre às relações não-capitalistas, contrastando-se com o modelo clássico de acumulação.

perderam sua colocação com as transformações agrícolas e agrárias foi incorporada à emergente atividade sucro-alcooleira, na década de 1980. Mas, em vista das difíceis condições de trabalho e das crises conjunturais dessa atividade, muitos trabalhadores se “alistaram” nas fileiras do movimento dos sem-terra, sendo assentados posteriormente em diversos projetos de reforma agrária na região, bem como em Naviraí.

Neste município foi criado, em 2002, o assentamento Juncal, formado por 113 famílias. Este assentamento tem uma importante organização de mulheres camponesas na Associação de Mulheres do Assentamento Juncal (Amaju), bem como na Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal (Coopaju). Baseadas na economia solidária, elas desenvolvem a produção de frango caipira, indústria artesanal de alimentos, panificados e artesanato em geral.

Além da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, surgida a partir do projeto de colonização privada em Naviraí, houve também o caso da colonização de Ivinhema, onde a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (Someco), na década de 1950, passou a comercializar glebas aos camponeses e grandes proprietários. Conforme Melo (2017), a Someco loteou uma área total de 71.237 hectares.

A atuação da colonizadora na comercialização dos lotes de terra foi feita a partir da necessidade de incorporação dessa área à dinâmica econômica capitalista, inicialmente por meio da acumulação rentista latifundiária, assim como ocorreu na colonização de Naviraí. Segundo Melo (2017), no primeiro momento da colonização eram comercializados lotes de terra de 5 a 100 hectares, onde os camponeses desenvolviam cultivos diversos; num segundo momento a comercialização era de lotes acima de 400 hectares para o desenvolvimento da atividade pecuária, o que se desdobrou na concentração da terra em Ivinhema.

A tabela a seguir (tabela 2), elaborada a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra a apropriação concentrada da terra no município de Ivinhema no período de 1970 a 1985.

Número de estabelecimentos por grupos de área total em Ivinhema Tabela 2

ESTRATO DE ÁREA (HA)	1970		1975		1980		1985	
	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)
Até 2	2,4	0,03	3,4	0,05	2,5	0,02	2,4	0,01

2 a 20	77,9	6,4	81	7,6	73	6	64,2	4,6
20 a 49	14,4	4,2	10,2	3,6	14,1	4	19	4,7
50 a 99	2,7	2	2,2	1,9	4,4	3	6,3	3,6
100 a 499	1,6	3,7	2	4,4	4,4	9,28	6	11
500 a 999	0,3	2	0,3	2,4	0,3	2	0,5	2,74
1000 a 9999	0,5	28	0,7	34,7	1,2	45,1	1,5	48,6
Acima 10000	0,2	53,67	0,2	45,35	0,2	30,6	0,1	24,75

Org: Melo, T. (2017)

A colonização da Someco possibilitou o surgimento da pequena propriedade e, conseqüentemente, da agricultura camponesa, subordinada ao projeto dos latifundiários de acumulação capitalista, como destacado anteriormente. Mas, emergiu também na colonização um campesinato sobrance e marginal que não teve possibilidade de acesso à terra, semelhante ao o que ocorreu na colonização de Naviraí.

Esse campesinato sobrance, mais tarde, organizou-se nos movimentos sociais e juntamente com camponeses *brasiguaios* ocuparam, em 1984, a gleba Santa Idalina, pertencente ao grupo Someco. A ocupação das terras do grupo Someco tornou-se fato de destaque em Mato Grosso do Sul, fazendo vir a público as contradições existentes na desigual distribuição de terras no Estado.

Os *brasiguaios* são sujeitos sociais meio-brasileiros e meio-paraguaios que estão territorializados precariamente na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O sujeito social foi forjado no contexto de luta pela terra e migração de brasileiros para o Paraguai. Em vista de dificuldades diversas encontradas no Paraguai, muitas famílias constituídas naquele país, inclusive, retornaram ao Brasil no Movimento dos *Brasiguaios*, em meados da década de 1980. Embora o retorno de *brasiguaios* organizados num movimento social próprio tivesse seu auge na década de 1980, nos dias atuais existe importante luta de *brasiguaios* na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, mas agora vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Muitas famílias de *brasiguaios* foram assentadas principalmente nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. Os *brasiguaios* e sem-terra que ocuparam a gleba Santa Idalina em 1984 foram assentados no projeto de assentamento Novo Horizonte, que deu origem ao município de Novo Horizonte do Sul, criado em 1992.

A modernização conservadora que atingiu a pequena agricultura, fazendo

surgir um camponês incluído, mas subordinado ao modo capitalista de produção, sobretudo com sua vinculação cada vez maior à dinâmica urbana-industrial, desdobrou-se também nas grandes propriedades em Ivinhema. Melo (2017) afirma que a modernização conservadora da agricultura na grande propriedade promoveu a “passagem do latifúndio improdutivo para o latifúndio produtivo” (p. 134) no município de Ivinhema a partir da introdução da monocultura de cana-de-açúcar, principalmente, na primeira década de 2000.

Derivado desse contexto hegemônico latifundiário (produtivo e improdutivo) existem atualmente, em Ivinhema, diversos movimentos camponeses de luta pela terra, com destaque para os sem-terra vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). Assim, se de um lado há subordinação camponesa ou fechamento da possibilidade de sua existência com a expansão do “latifúndio produtivo”, de outro lado, a luta pela terra abre possibilidade dessa existência em território hegemônico pelos latifundiários do agronegócio.

A EXISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DAS LUTAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A intensificação das relações capitalistas de produção implicou na expulsão e expropriação de camponeses no Sul de Mato Grosso do Sul, sobretudo aqueles despossuídos da terra, que trabalhavam nas grandes propriedades rurais. O escasseamento de florestas para derrubada e formação de pastagens nas grandes propriedades, a partir da década de 1980, principalmente, implicou na expulsão de muitos camponeses, pois eram arrendatários, parceiros, “peões”, dentre outros, que não detinham a propriedade da terra. Acrescenta-se a esse contexto de negação da terra as famílias proprietárias ou vinculadas à pequena propriedade dos projetos de colonização que foram expropriadas no processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1970.

Serão esses camponeses expulsos e expropriados da terra que vão se organizar nos movimentos sociais de luta pela terra no Sul de Mato Grosso do Sul, abrindo possibilidade de existência à contramão da ordem agrária latifundiária hegemônica. Os municípios de Itaquiraí e Ponta Porã destacam-se pela existência camponesa a partir de luta e resistências nos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são organizações da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles

realizam lutas por grandes transformações da sociedade, tais como a luta por mudanças na estrutura fundiária, bem como lutas localizadas e ligadas à cidadania e à garantia de direitos. Os movimentos sociais ainda estão relacionados às decisões políticas não-institucionalizadas de participação, autogestão, livre organização, direito à diversidade e respeito à individualidade. Diante da exclusão e negação de participação política nos canais institucionais, os movimentos sociais emergem como possibilidade de participação de sujeitos marginalizados do sistema político moderno a partir das lutas e resistências. A participação nos movimentos permite que pessoas adormecidas para a vida política despertem-se; permite, enfim, a emancipação social, política e econômica dos sujeitos.

Sader (1995), ao estudar a emergência de novos sujeitos sociais a partir da luta dos movimentos de bairro na década de 1970 e 1980, relacionou as lutas cotidianas à dimensão de classe social, permitindo uma interpretação marxista dos movimentos sociais. De acordo com o autor, as formas de organização e luta nos movimentos sociais dilataram as fronteiras estabelecidas para a organização política e constituíram-se em um espaço de representação para além do sistema institucionalizado e “oficial” de participação política.

Apesar de virtuosos politicamente, os movimentos sociais não devem ser absolutizados, pois eles também reproduzem internamente contradições, conflitos e desigualdades sociais diversas. Os movimentos formados por sujeitos excluídos e vitimados reproduzem na esfera cotidiana e interna à classe as práticas sociais dos dominantes, como se o oprimido numa dimensão fosse opressor noutra dimensão.

No contexto de ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil, após o período da ditadura militar, estão inseridos os movimentos camponeses, como o dos sem-terra, por exemplo. A luta dos sem-terra no Brasil teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados da terra, que através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e precarização nas cidades ou migração para a Amazônia. As primeiras lutas surgiram de forma “isolada”, com ocupações de terra realizadas nos cinco Estados ao Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo). Essas lutas deram base para a unificação e formação do movimento dos sem-terra (MST) em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, com a realização do I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, marcando o início de sua uma articulação nacional.

O MST passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse para o sem-terra como sujeito excluído da apropriação da terra. Os sem-terra criaram situações para envolvimento do Estado na questão agrária por meio de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos, entre outras iniciativas. Assim, simultaneamente à expulsão e à expropriação com a expansão do capitalismo, os camponeses sem-terra foram construindo possibilidade de retorno ou conquista da terra por meio de lutas de resistência.

As lutas dos sem-terra permitiram a conquista da terra de assentamento de reforma agrária. A conquista da terra de assentamento colocou aos sem-terra uma nova condição, ou seja, quando passaram a se preocupar em organizar a produção agrícola, principalmente. Neste contexto, os assentamentos emergiram como importante espaço de lutas por políticas públicas diversas, como crédito financeiro, infraestrutura, educação, moradia, assistência técnica, dentre outras.

Nos assentamentos os sem-terra colocaram em prática seu projeto camponês de produção familiar e comunitária. A produção comunitária se manifesta na reciprocidade e solidariedade entre as famílias e vizinhos, como trocas de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, entre outros. Além da produção, nos assentamentos também existe coesão comunitária relacionada ao lazer, festividades, reuniões religiosas, etc.

Os camponeses assentados, sobretudo aqueles que possuem maior vínculo orgânico com movimentos sociais, praticam, ainda, uma produção coletiva, expressa, por exemplo, na formação de cooperativas agrícolas, grupos de assentados, associações, dentre outras. As iniciativas de formação de cooperativas, associações e grupos de assentados estão presentes em praticamente todos os assentamentos de reforma agrária, permitindo a aproximação e unidade entre as famílias, condição necessária para a construção das resistências na terra.

A produção coletiva, ora mais, ora menos intensa, se realiza a partir de revelações políticas modernas estimuladas principalmente pelos movimentos sociais. A produção coletiva desdobra-se politicamente com ações e lutas diversas, entrelaçadas às ações comunitárias. Em muitos casos, as ações comunitárias são potencializadas coletivamente para permitir maiores conquistas, sobretudo políticas públicas para o atendimento dos assentados.

As coesões coletivas e comunitárias entre os camponeses assentados, todavia,

são caracterizadas por contradições e desencontros diversos, que resultam em conflitos, tensões e disputas internas reproduzidas ideologicamente a partir da estrutura de classes sociais do modo capitalista de produção. Nem sempre os assentamentos são espaços caracterizados pela harmonia, consenso e igualdade, ideal forjado no senso comum de união dos camponeses assentados.

As contradições e os desencontros são verificados, inclusive, no interior das famílias dos assentados, pois nelas se reproduzem relações machistas, autoritárias, centralizadas e antidemocráticas. A figura masculina na família camponesa, por exemplo, assume papel central nas decisões e às mulheres cabem os afazeres menos importantes do ponto de vista mercantil-financeiro, as miudezas, que recebem baixa remuneração como o cuidado da horta, criação de pequenos animais que estão no espaço do quintal, culturas de subsistências e assim por diante.

Os ideais generalizantes de assentamentos rurais como “território livre” da dominação, exploração do trabalho, opressão, dentre outros males sociais, nem sempre correspondem à realidade vivida pelos assentados. Não corresponde à realidade também o ideal de que os camponeses assentados são sujeitos totalmente autônomos porque são os proprietários de meios de produção (terra, instrumentos, ferramentas, entre outros) ou porque o produto do seu trabalho lhe pertence ao final do processo produtivo. A subordinação do campesinato, no caso, dos assentados, ao capital ocorre na esfera da circulação da produção e não necessariamente no processo produtivo.

A expansão recente do agronegócio, inserida na estrutura política e econômica hegemônica pelo modo de produção capitalista, desdobrou-se no preço da terra, dificultando as desapropriações de terra pelo Estado e a diminuição da realização de novos assentamentos de reforma agrária. Os vínculos políticos com os ruralistas para assegurar a governabilidade recente durante os governos do PT de Lula e Dilma Rousseff também colocaram dificuldades para as desapropriações de terras e realização de assentamentos.

Essas dificuldades fizeram os movimentos de luta pela terra redefinirem parcialmente suas estratégias, abrindo outras frentes para além da ocupação de terra. A ocupação de terra, principal forma de luta dos sem-terra, foi perdendo centralidade para a luta por políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. As ocupações de terra e o acampamento tornaram-se secundários, sendo as principais as lutas por políticas públicas voltadas para o atendimento dos assentados.

Em vista disso, os movimentos de sem-terra deram mais atenção para os assentamentos, embora a preocupação de “o que fazer com a terra” estivesse presente desde as primeiras conquistas. A preocupação dos movimentos de sem-terra em fortalecer os assentamentos de reforma agrária coadunou com o projeto do governo Dilma, principalmente, que priorizou mais o atendimento de famílias já assentadas do que a realização de novos assentamentos. Para assegurar capacidade produtiva e qualidade de vida às famílias assentadas era necessário dotá-las de condições adequadas de educação, moradia, energia elétrica, internet, comunicação, crédito, agroindústria, inserção da produção camponesa no circuito comercial, dentre outras. Nessa conjuntura, os temas educação e ambiente, sobretudo a agroecologia, emergiram fortemente nos assentamentos, a partir de tensionamentos dos movimentos sociais.

A fim de universalizar as políticas públicas para as populações camponesas, os governos do PT fortaleceram e implantaram alguns programas, como o Programa Luz Para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Máquinas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), Programa Terra Forte, dentre outros. Os movimentos e as organizações de assentados investiram no estabelecimento de parceria com o governo visando à possibilidade de alcance de políticas públicas e viabilização de projetos coletivos nos assentamentos rurais.

Após o “golpe jurídico-parlamentar-midiático”, que derrubou Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, houve radical redefinição do projeto político do governo, o que se desdobrou nos assentamentos de reforma agrária. O governo de Michel Temer fez drásticos cortes no orçamento destinado às políticas públicas voltadas para a pequena agricultura, em especial os assentamentos. No governo Temer também foi realizada mudança na Lei Agrária e, em nome do ajuste das contas públicas, feitos significativos cortes de recursos para a desapropriação de terras, políticas públicas, dentre outras medidas que atingiram negativamente os assentamentos de reforma agrária. O PAA, por exemplo, foi praticamente inviabilizado, a partir da eliminação de 99,8% dos recursos destinados ao programa.

Se havia estagnação na reforma agrária e política de assentamentos rurais no

governo Dilma, nos governos Temer e Bolsonaro, se verifica um movimento de retrocesso, inclusive com o despejo de famílias já assentadas. Esse foi o caso de posseiros no município de Pinhão (PR), em 2017, os quais, mesmo assentados há mais de 25 anos, foram despejados; 450 famílias produtoras de café orgânico no município de Campo do Meio (MG), sujeitas a despejo em 2018, depois de permanecerem na terra por cerca de 20 anos; anulação de Decreto de desapropriação da terra para realização de assentamentos, como foi o caso do assentamento Estrela no município de Ortigueira/PR (2019), em que as 23 famílias assentadas desde 1997 deverão ser despejadas da área.

Acrescenta-se ao retrocesso na reforma agrária a política de mineração que ameaça as famílias assentadas. São exemplares os assentamentos Urucum, 72 e Mato Grande, bem como da comunidade Rural Antônio Maria Coelho, nos municípios de Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul, onde as mineradoras de ferro e manganês (Vale, Vetria e Vetorial) praticamente inviabilizaram a existência dos referidos assentamentos e comunidade a partir da contaminação da água e do solo com resíduos e rejeitos da mineração. Aproximadamente metade dos lotes do assentamento Urucum, por exemplo, encontra-se abandonada em vista da contaminação da água e do solo pelos rejeitos da mineração.

Inclui-se ao contexto de fim das poucas políticas públicas e retrocesso à reforma agrária as declarações do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro de que os movimentos camponeses que realizam ocupações de terras para realização de assentamentos de reforma agrária são terroristas. Somam-se a esse contexto as medidas de suspensão da reforma agrária tomadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em março de 2019; a indicação de Luiz Antônio Nabhan Garcia para a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, acusado de organizar milícia armada da União Democrática Ruralista (UDR) para combater os movimentos camponeses, segundo Camargo (2019, p. 1); o corte no orçamento para aquisição de imóveis rurais, que passou de R\$ 800 milhões no governo Dilma em 2015 para R\$ 42 milhões em 2019, dentre outras medidas.

Em Mato Grosso do Sul, as primeiras lutas de resistências camponesas foram feitas pelas famílias de arrendatários, em Glória de Dourados, Itaquiraí e, principalmente, em Naviraí, no Sul do Estado. Em Naviraí, como destacado anteriormente, no início da década de 1980, houve importante luta camponesa pelos arrendatários, que derrubavam as matas e formavam pastagens nas fazendas Entre

Rios, Água Doce e Jequitibá, organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí e apoiados pela CPT. O saldo positivo dessa luta foi mais político, despertando a capacidade de organização e luta camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul num contexto adverso do governo ditatorial dos militares.

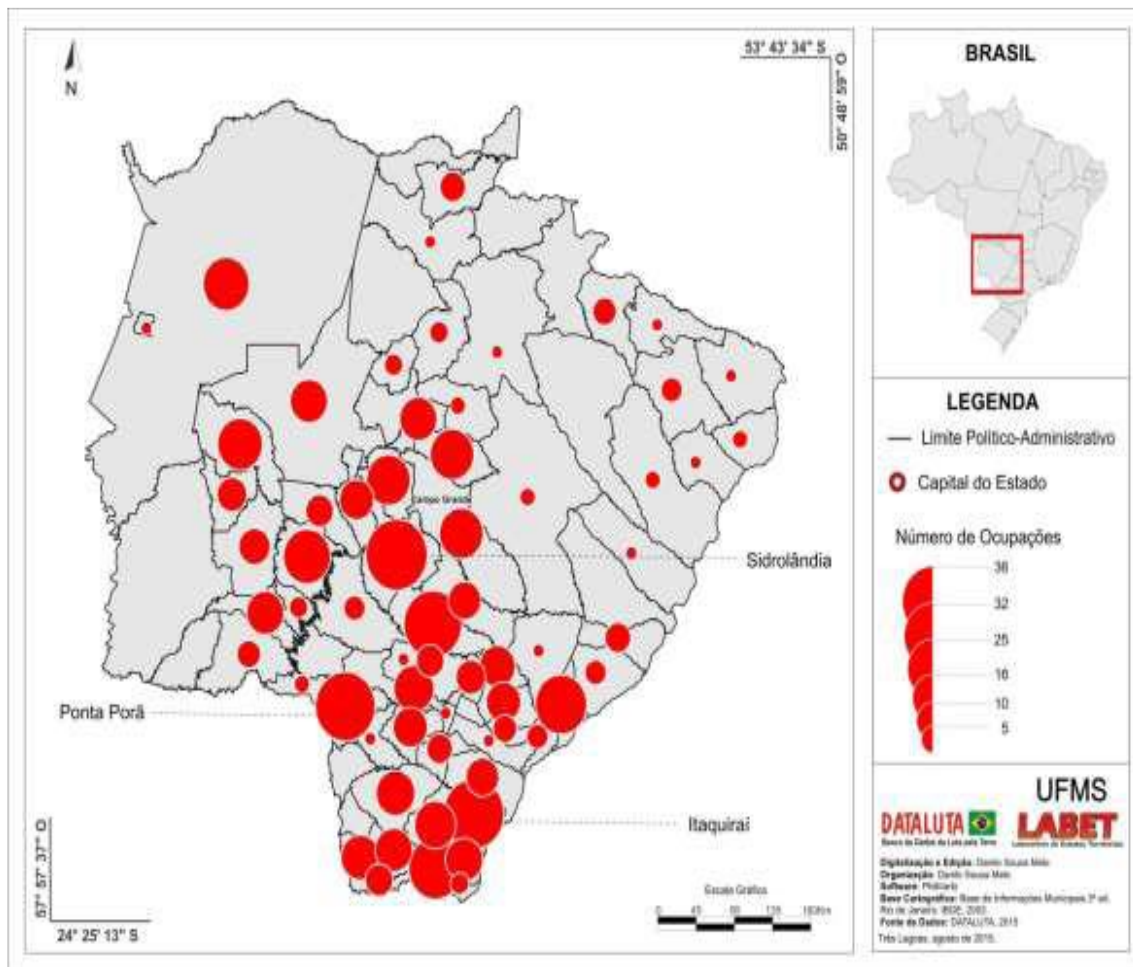
A primeira ocupação dos sem-terra ocorrida em Mato Grosso do Sul foi na Gleba Santa Idalina, em 1984, no então município de Ivinhema, de propriedade do grupo Someco, envolvendo camponeses despossuídos de 11 municípios e *brasiguaios*, como destacado anteriormente. A ocupação das terras do grupo Someco tornou-se fato de destaque em Mato Grosso do Sul, fazendo vir a público as contradições existentes da desigual distribuição de terras, sufocadas durante o período da ditadura militar.

As declarações de autoridades públicas da época (Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul), veiculadas na imprensa, dão ideia de como tais autoridades concebiam a ocupação da Gleba Santa Idalina:

Não vamos mais permitir movimentos organizados que visem criar focos de inquietude em nosso Estado, através da desordem, do pânico e do caos. Estamos realizando uma sindicância especial para apurar os verdadeiros responsáveis pela invasão coordenada da Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, e que os trabalhadores não seriam capazes de organizar tal movimento, pois os invasores, segundo relato fartamente documentado, se constituem em sua maioria de velhos, reedição grotesca do exército de brancalhão, substrato paupérrimo trabalhado por enzimas de grande poder catalítico, estes, sim, os verdadeiros marginais da história (TRAD, 1984, p. 1)

A partir da ocupação da Gleba Santa Idalina, os sem-terra intensificam sua organização e realizam muitas outras ocupações de terras latifundiárias. Essa ocupação teve importante participação da CPT e deu base para o posterior surgimento do MST em Mato Grosso do Sul.

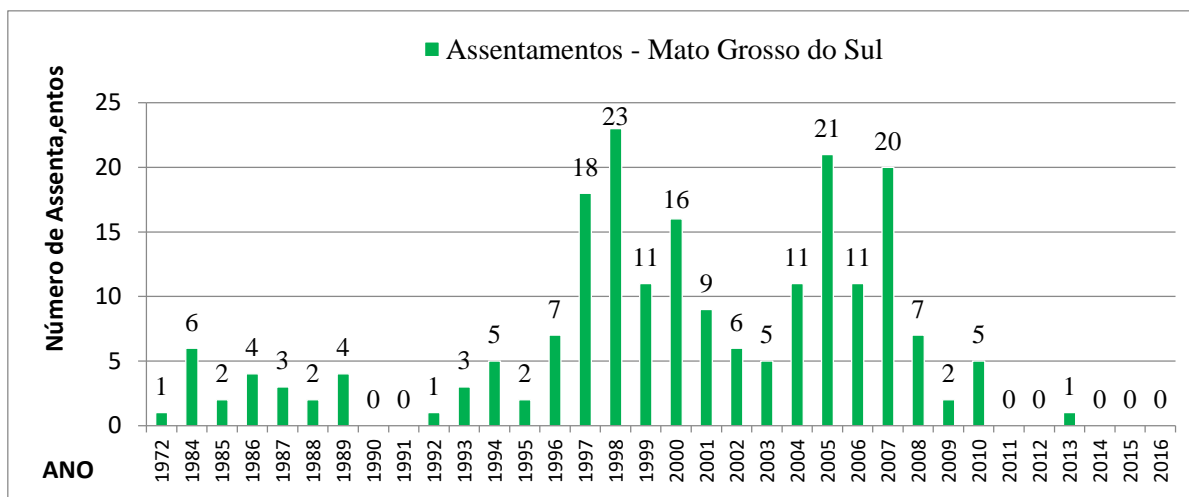
O mapa a seguir (mapa 1) demonstra as áreas caracterizadas por ocupações de terra latifundiária no período de 1988 a 2014 em Mato Grosso do Sul. Verifica-se ainda no mapa 1 a forte presença de ocupações de terra no Sul do Estado, onde se destacam os municípios de Itaquiraí e Ponta Porã, que são referência e polo organizativo dos camponeses sem-terra, principalmente, em Mato Grosso do Sul.



Fonte: Melo, D.S. (2017)

Foram realizados em Mato Grosso do Sul 204 assentamentos de reforma agrária no período de 1972 a 2016, considerando os assentamentos de colonização feitos pelo Incra. A região Sul do Estado, onde estão localizados os municípios de Itaquiraí e Ponta Porã, destaca-se pela concentração de assentamentos de reforma agrária. A maior parte dos assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul foi realizada nos governos de FHC (93 assentamentos) e Lula (85 assentamentos), sendo que no governo Dilma houve drástica diminuição, com a realização de apenas um assentamento, como demonstra o gráfico a seguir (gráfico 1)

Mato Grosso do Sul: número de assentamentos rurais - 1972 a 2016 Gráfico 1



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - Dataluta/MS, 2017

A primeira ocupação de terra organizada pelo MST, e apoiada pela CPT, em Mato Grosso do Sul, foi a da fazenda Itasul, no município de Itaquiraí em 1989. Contudo, antes da ocupação da fazenda Itasul pelos sem-terra do MST, o município de Itaquiraí já havia sido palco de outras lutas camponesas no início da década de 1980. Esse foi o caso da ocupação de uma área intermediária entre as fazendas Baunilha e Bulle, em 1981, sob a suspeita, por parte dos camponeses, de que fosse devoluta. Esses camponeses não possuíam organicidade e vínculo com outros movimentos e entidades, tratando-se de uma ação isolada de outras lutas, sendo usado o nome do Projeto Guatambu⁵, do governo estadual, para respaldar a ocupação e o acampamento.

Outra luta importante no município de Itaquiraí na década de 1980 foi a das famílias arrendatárias da fazenda Itasul, organizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquiraí. Essa luta também não mantinha vínculos com outras organizações de trabalhadores e as famílias reivindicavam, geralmente na esfera da institucionalidade, a desapropriação e permanência na terra. Foi neste contexto de lutas no município que o MST fez sua primeira ocupação de terra em Mato Grosso do Sul, com 1.280 famílias.

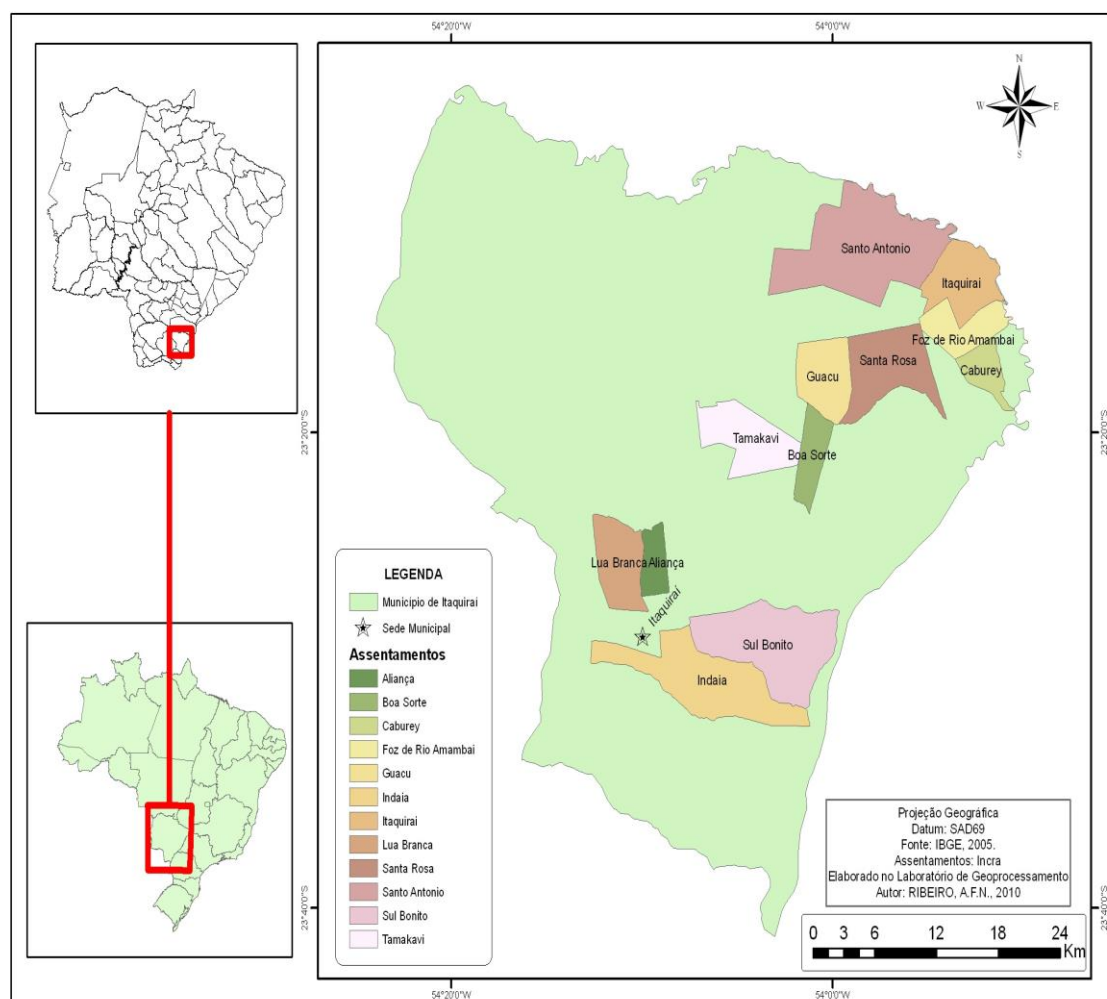
A partir deste momento foi desencadeado um conjunto de lutas dos sem-terra no município de Itaquiraí, pois o assentamento Indaiá, feito a partir da desapropriação do imóvel Itasul em 1989, se constituiu em base territorial para a realização de outras lutas e conquistas. Aliás, o movimento dos sem-terra se nutre dessa base territorial

⁵ O Projeto Guatambu visava atender pequenos agricultores com assistência técnica e políticas agrícolas e não possuía o objetivo de envolver-se na questão da posse da terra e estrutura fundiária.

representada pelos assentamentos de reforma agrária. Esse foi o caso da ocupação do restante da Fazenda Itasul, em 1994, que resultou no assentamento Sul-Bonito, bem como a ocupação das fazendas Tamakavi, Santa Rosa, Santo Antônio, Caburey, dentre outras, que resultaram na realização de 12 assentamentos no município. A luta dos camponeses sem-terras em Itaquiraí resultou na conquista de uma área de 46.113,9 hectares, onde estão assentadas 2.705 famílias, em diversos assentamentos, conforme informações do Incra/MS (2017).

A figura a seguir (figura 2) permite verificar a área e a localização dos assentamentos de reforma agrária realizados no município de Itaquiraí.

Assentamentos de reforma agrária em Itaquiraí (2019) Figura 2



Fonte: Silva (2011)

Outra área do Sul de Mato Grosso do Sul caracterizada pela existência camponesa a partir das lutas e resistência é Ponta Porã. A partir das lutas e reivindicações dos sem-terra, principalmente, foram realizados diversos

assentamentos de reforma agrária (15 assentamentos) neste município, perfazendo um total de 3.398 famílias assentadas em uma área de 80.885,0 hectares, de acordo com informações do Incra/MS (2017).

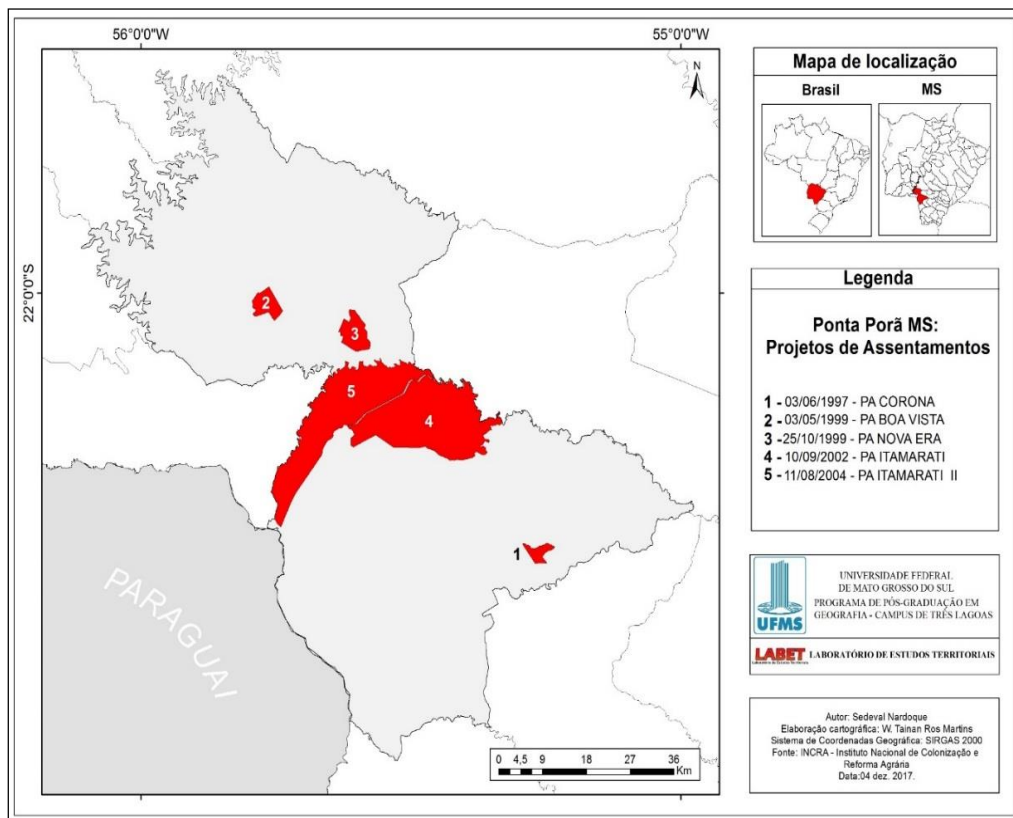
As lutas camponesas em Ponta Porã também estão à contramão da apropriação concentrada das terras. A apropriação concentrada da terra em Ponta Porã teve início em passado distante, quando fazendeiros originários do Rio Grande do Sul apropriaram-se de grandes glebas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, que somado ao monopólio de arrendamento da Companhia Mate-Laranjeira, como destacado anteriormente, praticamente impediram a expansão da pequena propriedade, fazendo surgir um grande número de camponeses despossuídos da terra. Além de camponeses despossuídos, surgiu também um camponês posseiro, ou seja, um sujeito à margem da apropriação concentrada terra.

A soma de posseiros expulsos da terra, camponeses despossuídos que trabalhavam nas fazendas, bem como camponeses expropriados no processo de modernização da agricultura no Sul do Brasil que migraram para a região, forjou um sujeito excluído da terra vivendo na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Muitos desses excluídos da terra ora migravam para o Paraguai em busca de terra, ora retornavam para o Brasil, numa territorialização precária, o que, somadas às lutas e resistências, permitiu forjar o sujeito social *brasiguai*.

A existência desses camponeses excluídos da terra e as revelações políticas no contexto de crise do governo dos militares proporcionaram condições para a sua organização nos movimentos sociais e sindicais. A organização e luta dos camponeses nos movimentos e sindicatos permitiram posteriormente a conquista de diversos assentamentos de reforma agrária no município de Ponta Porã, dentre os quais se destaca o assentamento Itamarati, pela extensão e número de famílias assentadas.

Segundo o Incra/MS (2017), no município de Ponta Porã foram realizados os assentamentos Boa Vista (76 famílias), Nova Era (97 famílias), Dorcelina Folador (270 famílias), Corona (58 famílias), Aba da Serra I e II (55 famílias) e Itamarati I e II (2.835 famílias), numa capacidade total de 3.398 famílias. O mapa a seguir (mapa 3) indica as áreas de assentamento de reforma agrária no município de Ponta Porã.

Projetos de assentamentos de reforma agrária em Ponta Porã (2014) Mapa 3



Fonte: INCRA, organizado por Nardoque (2017)

O assentamento Itamarati foi criado a partir da aquisição da Fazenda Itamarati, de propriedade de Olacyr de Moraes, conhecido mundialmente como o Rei da Soja. A decadência da Fazenda Itamarati começou a partir de 1995, em vista das dívidas contraídas por seu proprietário, de modo que em 2000 o imóvel foi adquirido pelo governo federal para a realização do assentamento das famílias sem-terra, sendo num primeiro momento adquiridos 25.100 hectares e posteriormente mais 24.900 hectares, onde se implantou o maior assentamento de reforma agrária do Brasil. Nessa área foram assentadas famílias acampadas, organizadas em diversos movimentos sociais e sindicais (MST, CUT, Fetagri, FAF), além das famílias de ex-funcionários da Fazenda Itamarati, organizados na Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) e Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI)

As lutas, resistências e conquistas camponesas no Sul de Mato Grosso do Sul se constituem numa afronta ao projeto dos latifundiários do agronegócio. No contraponto ao projeto dos latifundiários está o projeto dos camponeses, que se diferencia pelas relações sociais de produção que os envolvem e não apenas pela dimensão da propriedade, pois a agricultura camponesa visa prioritariamente o atendimento das necessidades da família, e não a acumulação de capital.

Assim, verifica-se a presença camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul, em

destaque para os municípios de Ponta Porã e Itaquiraí, a partir da realização dos assentamentos de reforma agrária, constituindo-se em importante exemplo da materialização do projeto camponês nesse espaço geográfico. Mas, como observado anteriormente, a existência camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul deve-se também à aquisição de glebas por pequenos agricultores em projetos privados e estatais de colonização, contraditoriamente e complementares à acumulação rentista de capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões apontadas é possível chegar a um conjunto de verificações sobre a existência e resistência camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul. Pode-se concluir que, em vista da apropriação concentrada da terra no contexto da acumulação capitalista, houve dificuldade para a expansão da pequena propriedade, constituindo-se numa negação e exclusão dos camponeses da apropriação da terra.

Mas, contraditoriamente e complementar à grande propriedade latifundiária, verifica-se a existência da agricultura camponesa a partir da aquisição de pequenas glebas em projetos privados ou estatais de colonização. Esse foi o caso dos projetos de colonização de Dourados (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), Naviraí (Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso) e Ivinhema (Sociedade Melhoramentos de Colonização), dentre outros.

Atualmente, os camponeses que acessaram a terra no passado nesses projetos de colonização estão incluídos, mas subordinados à dinâmica produtiva capitalista, em vista dos vínculos estabelecidos com empresas do agronegócio presentes na região. Observou-se, no entanto, que esses camponeses realizam também uma produção de resistência ao modelo hegemônico a partir de iniciativas coletivas com a formação de cooperativas e associações diversas, por exemplo.

O processo concentrado de apropriação da terra implicou na existência de grande número de camponeses e trabalhadores que não teve possibilidade de acesso à terra. Acrescenta-se a esses camponeses e trabalhadores despossuídos da terra aqueles que foram expropriados dos projetos de colonização.

Os camponeses despossuídos nesse contexto de apropriação concentrada da terra, posteriormente, na década de 1980, organizaram-se nos movimentos sociais e sindicatos e passaram a realizar mobilizações e lutas diversas para entrar ou

permanecer na terra, afrontando a ordem latifundiária. As ocupações de terra e a formação de acampamentos se constituíram na principal forma de luta, resultando na conquista da terra de assentamento de reforma agrária. Esse foi o caso dos assentamentos nos municípios de Itaquiraí e Ponta Porã, onde existem fortes lutas camponesas.

Portanto, as “cartas não estão marcadas” e, desigual e contraditoriamente, emergiu a possibilidade de existência camponesa por meio de lutas e resistências nos movimentos sociais, bem como a existência camponesa recriada pelo próprio sistema, no caso, a existência camponesa a partir dos projetos de colonização e ocupação capitalista da terra. Eis, pois, como ocorreu a apropriação concentrada da terra e a existência camponesa a partir da inserção subordinada e complementar à ordem latifundiária ou por meio de resistências e lutas nos movimentos camponeses no Sul de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÔNIO, R. R. **Um plano privado de colonização dirigida: A Someco S.A em terras do Ivinhema (1961-1974)**. UFGD: Dourados. 2015. Dissertação (Mestrado em História).
- BRASIL. INCRA. **Relatório de assentamentos - Mato Grosso do Sul**. Brasília: Incra/SR-16. 2017.
- CAMARGO, D. **Ex-pistoleiro denuncia milícia em organização de Nabhan Garcia, secretário de Bolsonaro**. In: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/ex-pistoleiro-milicia-organizacao-nabhan-garcia-bolsonaro>. 05/04/2019. Acesso em 16 de abril de 2019.
- CPT/MS. **História da Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (Período 1978-1992)**. Campo Grande: CPT Regional/MS, 1993.
- CRUZ, S. **Conflito de Ivinhema - violência contra os trabalhadores sem-terra**. Brasília: Coleção Luta pela Terra, Câmara dos Deputados. 1984.
- GONÇALVES, D. J. **A colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso LTDA e a formação de Naviraí**. Dourados: UFGD, 2015. Dissertação (Mestrado em História).
- MELO, D. S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista NERA** Presidente Prudente. Ano 20, nº. 39 - dossiê pp. 133-160, 2017.
- MELO, T. S. **A paradoxal eficiência da agricultura camponesa em Ivinhema-MS**

no contexto do latifúndio e dos impasses à política de assentamentos. Londrina: UEL. 2017. Dissertação (mestrado em geografia).

MIZUSAKI, M. Y. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: USP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

MARTINS J. S. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo, Pioneira. 1975.

_____ **Expropriação e Violência.** São Paulo: Hucitec. 1991.

_____ **Fronteira.** São Paulo: Hucitec. 1996.

NARDOQUE, S. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas.** Curitiba (PR): CRV, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto. 1991.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena.** São Paulo: Paz e Terra. 1995.

SILVA, D. A. **A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul-Bonito em Itaquiraí/MS.** Dourados: UFGD. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, C. F. **O Homem e a Terra: a Luta dos Sem-Terra e a Educação nos Assentamentos do Sul de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação).

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS: "o pivô da questão" Presidente Prudente: Unesp. 2009. Tese (Doutorado em Geografia).

_____ O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-matogrossense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev., 2010.

TRAD, N. **Gleba Santa Idalina em Ivinhema.** Dourados: O Progresso. 18 a 30 de maio. p. 1 e 2, 1984.

TURNER, F. J. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, P. (org.). **O Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América.** Niterói: EDUFF. 2004.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel, 1979.

Recebido em: 07/05/2019

Publicado em: 31/05/2019